

## Depoimento de vítimas ã polícia não justifica condena s o

As declara es de vítimas em sede policial podem servir para a atua o do Ministério Público, não são aptas a embasar uma condena o. Assim, o ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça, absolveu dois policiais civis do Rio de Janeiro do crime de concussão.

Reprodu s o



Reprodu o

O advogado criminalista **Vitor Nascimento**, responsável pela defesa de um dos réus, aponta que a absolvi o   algo raro em julgamento de recurso especial.

Segundo a denúncia, os réus teriam extorquido valores de duas vítimas para evitar a apreensão de uma carga de mármore. Eles foram condenados em primeira instância a nove anos e quatro meses de prisão em regime fechado, além da perda do cargo público, pelo crime de extorsão.

Mais tarde, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desclassificou a conduta para o crime de concussão e diminuiu a pena para dois anos e oito meses, com substitui o por medidas restritivas de direitos.

Em recurso ao STJ, a defesa indicou que o MP estadual não insistiu na oitiva das supostas vítimas em Juízo: "Em crimes como a concussão, a palavra da vítima tem forte carga probatória, sendo que as declara es colhidas em sede policial são meros elementos de informa o, não podendo ser substituídos, em Juízo, por percep es de agentes policiais que não presenciaram, efetivamente, a suposta exigência de vantagem indevida", ressaltou Nascimento.

O ministro relator destacou que nenhuma das pessoas ouvidas em Juízo presenciou os fatos. Os policiais responsáveis pelo inq rito apenas concluíram pela autoria delitiva com base nos trâmites da investiga o.

"Esse tipo de relato, porém, não   aceito pela jurisprudência deste STJ, que veda condena es fundamentadas exclusivamente em testemunhos indiretos", explicou Dantas. A situa o violaria o artigo 155 do Código de Processo Penal, segundo o qual o juiz não pode "fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investiga o".



Segundo o ministro, a localização das vítimas para depoimento em Juízo é "um ônus da acusação". Assim, "a perda da chance de produzir essa relevantíssima prova não pode pesar contra os réus".

**AREsp. 2.008.775**